



No Senado, reforma trabalhista recebe dez emendas em quatro dias

Projeto aprovado na Câmara dos Deputados chegou a comissão na quinta-feira. Entre pontos polêmicos, está o que prevê que os acordos prevalecerão sobre a legislação

Pouco depois de o projeto de reforma da Previdência ter chegado ao Senado, senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apresentaram dez emendas à proposta. O texto chegou da Câmara dos Deputados na quinta-feira. A maioria das emendas foi apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin, que argumenta que a proposta do governo Temer retira direitos dos trabalhadores. Na avaliação dela, o dispositivo mais problemático do projeto é que o prevê que os acordos

entre patrões e empregados poderão prevalecer sobre a legislação trabalhista. Isso, segundo ela, inevitavelmente levará a acordos desfavoráveis aos trabalhadores, especialmente os mais pobres. Se for aprovado na CAE, o projeto ainda passará pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais (CAS). Amanhã a CAE e a CAS ouvirão o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra, a respeito da reforma. O relator na CAE é o senador Ricardo Ferraço. **3**



Deputada Bruna Furlan e senador Collor na Comissão de Relações Exteriores

Onda populista no mundo é passageira, dizem especialistas

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, especialistas afirmaram que a ascensão de candidaturas nacionalistas na Europa, a vitória de Donald Trump nos EUA e a saída do Reino Unido da União Europeia fazem

parte de um ciclo e, por isso, essas manifestações populistas não são um fenômeno permanente. O senador Fernando Collor disse que a eleição legislativa na França, em junho, definirá os rumos do governo Macron. **8**

Instituição Fiscal indica como cumprir teto de gastos **2**

Plenário destaca valor da Revolução Pernambucana **2**

Debatedores divergem sobre projeto de banir amianto do país

A proposta de banir a exploração e o uso do amianto no país e substituí-lo por fibra sintética dividiu opiniões em audiência na Comissão de

Direitos Humanos. A substância é apontada como cancerígena, nociva aos pulmões e ao meio ambiente, mas sua exploração gera empregos. **7**



Representantes dos trabalhadores, Santana resalta avanços no controle



Hélio José (3º à esq.) e Paim (C) na CPI da Previdência, durante audiência que ouviu professores e economistas

Em CPI, economistas negam deficit da Previdência

Economistas e professores que participaram de audiência na CPI da Previdência, ontem, afirmaram que o governo subestima receitas, erra nas previsões de deficit e falta com transparência nas contas da seguridade social. Por isso, consideram que os argumentos para

justificar a proposta de reforma da Previdência, que tramita na Câmara, não são válidos. Os debatedores também avaliaram que as mudanças apresentadas no projeto do governo só atendem os interesses de empresas e bancos e prejudicam os trabalhadores. **3**

Maio Amarelo combate violência no trânsito

Uma campanha mundial chama a atenção da sociedade para o alto número de mortos e feridos em acidentes. Neste mês, o Movimento Maio Amarelo faz ações de educação e mobiliza a população para debater o assunto.

O Senado, que participa da campanha, terá iluminação amarela. Tramitam na Casa projetos que podem aumentar as penas para crimes no trânsito. **4 e 5**



Campanha mundial debate o comportamento de pedestres e motoristas



Ano Vólpe/Agência Senado

Deputados devem votar PEC sobre medida provisória

A Câmara deve votar hoje proposta do Senado que regulamenta os prazos de análise de medidas provisórias. Na quarta-feira, os senadores questionaram o prazo de menos de 48 horas que tiveram para votar a MP das Concessões. O Senado havia decidido não votar MPs que chegassem à Casa a menos de sete dias do fim da vigência. **6**



Reprodução

Leia, encartado nesta edição, o Jornal Senado Mulher

Historiadores: país subestima Revolução Pernambucana

Sessão no Plenário lembrou os 200 anos do movimento revolucionário, que colocou em risco o domínio de Portugal sobre o Brasil. Para especialistas, os brasileiros ainda desconhecem importância da rebelião

OS PROFESSORES E historiadores que participaram ontem de uma sessão especial no Senado para lembrar os 200 anos da Revolução Pernambucana pediram mais valorização do movimento, que buscou tornar o Brasil uma república independente de Portugal.

A Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres, eclodiu em março de 1817, com a ocupação do Recife. Um governo provisório foi organizado e uma assembleia constituinte chegou a ser convocada. A rebelião durou pouco mais de dois meses e sucumbiu ante a reação militar do governo real, que levou à prisão e à morte dos líderes, como o Frei Caneca.

Para o professor e historiador Luiz Carlos Villalta, a Revolu-



Humberto Costa (C) conduz sessão pelos 200 anos da Revolução Pernambucana

ção Pernambucana foi a mais ousada e radical tentativa de enfrentamento até então vivida pela monarquia portuguesa.

Vanguarda

O presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, George

Cabral, classificou a revolução de “o mais importante movimento anticolonial” do país. Ele acrescentou:

— Até hoje, não tem o devido valor que merece. Há setores da historiografia, da mídia e da academia que minimizam a importância do fato. Foi um projeto de vanguarda e propôs a independência com visão de uma nação mais avançada do que a que triunfaria em 7 de setembro de 1822. Já é tempo de haver o reconhecimento por parte dos brasileiros, para que sirva de inspiração para a construção de um país justo.

Cabral lembrou que bandeiras defendidas pelos insurgentes continuam atuais, como a luta contra o excesso de tributação, a ampliação da participação popular nas decisões políticas, a transparência e a liberdade de consciência e de imprensa.

O escritor e doutor em direito Vamireh Chacon e o historiador e professor Flavio José Gomes Cabral ressaltaram que o movimento não foi uma ação de caráter separatista, como defendem correntes de historiadores, e lembraram que teve a adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Movimento de 1817 deve servir de modelo para o futuro, afirma senador

A iniciativa da homenagem à Revolução Pernambucana partiu do senador Humberto Costa (PT-PE), que afirmou ser uma oportunidade para que os brasileiros tomem lições do passado e projetem um futuro melhor. Ele classificou o movimento de “libertário, fruto da coragem de um povo que não aceitou os arreios do governo colonial de dom João VI”.

— Se tivesse mais memória, o Brasil inteiro estaria comemorando uma de suas datas mais significativas. Foi um ato histórico da maior relevância, afrontou a Coroa e chegou a derrotá-la por um período. A independência chegou cinco anos mais tarde.

O senador Cristovam Bu-

arque (PPS-DF), que nasceu em Pernambuco, propôs uma reflexão sobre os ideais dos revolucionários. Segundo ele, o Brasil ainda precisa evoluir para se tornar uma república em sua plenitude:

— O que é ser republicano hoje? É ser humanista, solidário internacionalmente. Não é republicano quem não deixa um imigrante entrar no seu país. Não é republicano aquele que não luta pela igualdade no acesso à educação e à saúde. Não é republicano um sistema que tolera a corrupção. Não é republicano um país com concentração tão elevada de renda. Não é republicano um país onde o filho do rico tem uma escola melhor que o filho do pobre.

Ana Amélia quer que Procuradoria da Fazenda reconheça erro

Ana Amélia (PP-RS) lamentou equívoco da Procuradoria-Geral da Fazenda, que divulgou lista, na semana passada, em que o nome dela aparece como devedora de tributos à União. Constatou-se, afirmou a senadora, que a devedora não era ela, que se chama Ana Amélia Lemos, mas Ana Amélia Moscoso de Mello Franco.

Ela disse ter recebido pedido de desculpas do procurador-geral da Fazenda, mas cobrou que o órgão divulgue uma nota reconhecendo o erro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Humberto, Temer está desmontando políticas indigenistas

Humberto Costa (PT-PE) criticou o governo Temer pela postura em relação aos povos indígenas.

O senador disse que os agressores e assassinos do campo têm contado com o apoio do governo, devido ao silêncio das autoridades sobre os crimes na área rural.

Para Humberto, o ex-presidente da Funai Antônio Fernandes Toninho Costa foi demitido “por ser honesto e não admitir ingerência política”.

— Temer comanda um processo de desmonte de todas as nossas políticas indigenistas.

Segundo Medeiros, falta esclarecer agricultor sobre lei de dívida rural

José Medeiros (PSD-MT) disse que a nova lei que autoriza a liquidação e a renegociação das dívidas de crédito rural (Lei 13.340) só vai atingir seus objetivos se os produtores rurais forem esclarecidos sobre o que prevê o texto, o seu alcance e os passos para fazer jus à medida.

Ele destacou que a lei pode beneficiar diretamente os produtores rurais de Mato Grosso, pois prevê descontos na liquidação de dívidas originadas de operações de crédito rural e das contraídas no Banco da Terra.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Instituição Fiscal Independente apresenta hoje relatório de maio

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga hoje, em coletiva à imprensa, às 9h, o *Relatório de Acompanhamento Fiscal* de maio. O relatório é um documento mensal elaborado pela IFI para analisar a evolução dos indicadores econômicos e fiscais, incluindo as metas fixadas em lei para o resultado das finanças públicas.

O relatório deste mês indica que a aprovação da reforma da Previdência (PEC 287/2017, na Câmara dos Deputados) é essencial para que o teto de gastos públicos, determinado pela Emenda Constitucional 95/2016, seja cumprido nos próximos anos. Exercícios feitos pela equipe da IFI mostram que a margem para corte de despesas é reduzida e decrescente, impondo um desafio aos gestores da política fiscal.

De acordo com o documento, o texto básico da reforma

previdenciária aprovado na comissão especial da Câmara, menos abrangente do que a proposta original enviada pelo Executivo, poderia contribuir para que o teto de gastos fosse cumprido em até oito dos dez anos do primeiro período da emenda constitucional.

O relatório traz ainda informações atualizadas sobre a conjuntura econômica e fiscal. Dados mais recentes divulgados pelos órgãos oficiais mostram uma recuperação da atividade econômica ainda incipiente, o que justificou a manutenção da projeção da IFI para o PIB de 0,46% de aumento em 2017.

Criada pelo Senado em 2016, a IFI tem como tarefa dar transparência aos custos e resultados da política econômica e das políticas públicas em geral, auxiliando na atividade parlamentar e informando a sociedade.

Gleisi diz temer vazamentos seletivos do depoimento de Lula ao juiz Sérgio Moro

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que falta isenção ao juiz Sérgio Moro na condução da Operação Lava Jato. A senadora acusou o magistrado de buscar a condenação do ex-presidente Lula “de qualquer forma”, sem provas.

Para ela, a controvérsia so-



Jefferson Rudy/Agência Senado

bre o depoimento de Lula a Moro, amanhã, resulta da “politização do processo”. Ao manifestar receio de vazamentos seletivos, Gleisi cobrou de Moro que permita aos advogados de Lula gravar todo o depoimento ou transmiti-lo ao vivo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CJ Esgoto**
9h Pauta de votação com seis projetos, como o PLS 291/2013, que regula a cobrança pelos serviços de esgotamento sanitário.
- CAE Secretário da Receita**
10h Audiência sobre a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, com a participação do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Em seguida, votação de projetos. Às 14h, audiência para analisar o Simples Nacional.
- CE Feriados**
11h Pauta de votação com nove projetos, incluindo o PLS 389/2016, que dispõe sobre a antecipação de feriados.
- CMA Chorume**
11h30 Reunião para a votação de nove projetos, como o PLS 54/2016, que torna crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou na água por caminhão de lixo.
- MP 757 Votação**
14h Votação do relatório da MP, que cria duas taxas em favor da Suframa.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, a PEC que torna o estupro crime imprescritível.
- CMO Eleição**
14h30 Eleição do presidente e do relator da Comissão Mista de Orçamento, em reunião a ser realizada na Câmara dos Deputados.
- MP 763/2016 FGTS**
14h30 Votação do relatório da medida provisória, que autoriza saque de contas inativas do FGTS.
- REUNIÃO DE LÍDERES Pauta**
14h30 Debate sobre a pauta da semana, em reunião na Presidência do Senado.
- CDH Trabalhos forçados**
15h30 A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa lança a campanha 50 for Freedom, evento de incentivo à adoção pelo Brasil de protocolo contra trabalho forçado. Entre os convidados, estão os ministros Lélío Bentes, do Tribunal Superior do Trabalho; Ronaldo Nogueira, do Trabalho; e Luislinda Valois, dos Direitos Humanos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Em quatro dias, reforma trabalhista recebe dez sugestões de emendas

Vanessa diz que principal emenda apresentada é a que retira o dispositivo que permite que as negociações prevaleçam sobre a legislação

COM APENAS QUATRO dias de tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a reforma trabalhista já recebeu dez emendas. Se for aprovado, o PLC 38/2017 passará depois pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), antes do Plenário.

Autora de nove das dez emendas, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou como a emenda mais importante a que suprime a prevalência dos acordos coletivos sobre o que está na legislação. Pelo projeto, o acordo coletivo vai prevalecer em 13 situações, como plano de cargos e salários, participação nos lucros e parcelamento de

férias anuais em até três vezes.

Vanessa explicou que a Justiça do Trabalho prevê a prevalência do negociado sobre o legislado desde que o acordo coletivo traga condições mais benéficas aos trabalhadores do que o disposto na legislação.

— É temerária qualquer proposta de fazer prevalecer o negociado sobre o legislado, para permitir a fixação de condições de trabalho e remuneração inferiores às asseguradas por lei, sem realizar previamente uma ampla reforma sindical. Isso significaria um incentivo ao avanço da corrupção nas relações coletivas de trabalho.

As outras emendas tratam, entre outros temas, da tercei-

rização da atividade-fim da empresa e do trabalho intermitente de forma descontínua.

Vanessa crê que o projeto saído da Câmara será alterado.

— A reforma vai precarizar ainda mais as relações de trabalho, retirando direitos.

Relatoria

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que, se for aprovada, a proposta causará uma precarização do emprego e uma desproteção dos trabalhadores.

— Os senadores vão refletir sobre qual é a melhor maneira de se posicionar, e a melhor maneira é não votar. Porém, se o governo tiver força suficiente para aprovar, vamos tentar

fazer mudanças no texto, para minimizar os prejuízos para os trabalhadores ou para que a matéria volte para a Câmara.

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o texto pode passar por mudanças, desde que sejam para melhorar o projeto.

— É muito importante modernizar uma legislação que vai ajudar a criar empregos.

A CAS e a CAE ouvirão amanhã o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho. Depois, haverá audiência sobre contrato de trabalho.

Na CAE, o relator é Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Na CCJ, será Jucá. Na CAS, o nome será escolhido nos próximos dias.

Regina critica projeto de mudanças para emprego no campo

Regina Sousa (PT-PI) criticou ontem, em Plenário, projeto do deputado federal Nilson Leitão



(PSDB-MT) que propõe uma reforma trabalhista no campo. Para ela, o texto induz ao “trabalho escravo permitido”, trazendo mais retrocessos do que a reforma trabalhista proposta pelo governo. Disse que o Brasil quer voltar “ao pior do passado”.

Texto da Câmara deve ser alterado no Senado, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Senado deve mudar o texto aprovado na Câmara que alterou as leis trabalhistas. O senador afirmou que ele foi elaborado por instituições como a Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias de São Paulo, e que os deputados votaram sem total conhecimento do seu conteúdo. Considerou inaceitável 30 minutos para almoço e descanso e a jornada poder ser estender a até 12 horas.

Pimentel quer divulgar devedores da Previdência

A CPI da Previdência deve proporcionar um debate sobre as contas do INSS, defendeu José Pimentel



(PT-CE). Para o senador, é importante mostrar quem são os grandes devedores da Previdência Social. Segundo ele, há problemas de gestão. — Entre 2011 e 2014, entre o que arrecadávamos e o que pagávamos, sobravam mais de R\$ 30 bilhões — disse.

O que diz a proposta em análise no Senado



NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

A negociação vai prevalecer sobre a norma em questões como: participação nos lucros e resultados, jornada em deslocamento, intervalo para almoço, remuneração por produtividade, banco de horas, planos de cargos e salários, adesão ao seguro-desemprego e troca do dia de feriado



FORA DE ACORDO OU NEGOCIAÇÃO

Patrões e empregados não poderão negociar para reduzir ou suprimir direitos como: FGTS, 13º salário, salário mínimo, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, repouso semanal remunerado, licença-maternidade e licença-paternidade, aviso prévio, aposentadoria, seguro contra acidentes, direito de greve e outros



SALÁRIO

Auxílio-alimentação, abonos do empregador, prêmios e incentivos e assistência médica e odontológica deixam de fazer parte do salário e não podem ser contabilizados na base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários



DEMISSÃO POR ACORDO

Criada a modalidade de extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador. Nela, o trabalhador tem direito a metade do aviso prévio indenizado e da indenização sobre saldo do FGTS



CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL

Deixará de ser obrigatória e passará a ser optativa



FÉRIAS

Desde que o empregado concorde, as férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos



JORNADA DE TRABALHO

A jornada regular de 8 horas/dia + 2 horas extras permanece inalterada. Passa a ser possível, através de acordo, estabelecer jornada que alterne 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso



TRABALHO INTERMITENTE

Nessa modalidade, os trabalhadores vão ganhar por hora, visto que são alternados períodos de prestação de serviços e inatividade. O contrato deverá ser por escrito e o valor da remuneração não poderá ser menor que o do salário mínimo em hora. Além do pagamento pelas horas, o trabalhador terá direito ao pagamento proporcional de férias, FGTS, Previdência e 13º



JORNADA PARCIAL

Haverá duas opções: contrato de até 30 horas semanais sem horas extras ou de até 26 horas semanais com até 6 horas extras. Atualmente, o regime parcial aceito é de 25 horas, sendo vedada hora extra



FALTA DE REGISTRO

O empregador que não registrar o empregado ficará sujeito a multa de R\$ 3 mil para cada trabalhador não registrado. Para micros e pequenas empresas, a punição será de R\$ 800



DESLOCAMENTO

O período de deslocamento não poderá mais ser contado como hora trabalhada, como ocorre hoje quando o patrão oferece transporte para funcionários que moram em local de difícil acesso ou não servido por transporte público



QUARENTENA

Em caso de demissão do trabalhador, haverá quarentena de 18 meses a fim de evitar que ele seja recontratado como terceirizado



GRÁVIDAS

Em caso de insalubridade de grau leve ou médio, será necessário atestado médico que recomende o afastamento durante a gestação. Atualmente, a lei proíbe que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em ambientes com condições insalubres. Em caso de insalubridade de grau máximo, continuará proibido o trabalho



RESCISÃO

O pagamento de valores relativos a demissão ou rescisão pode ser feito até 10 dias após o término do contrato; atualmente eles devem ser pagos no ato da homologação da rescisão



Economistas negam deficit e apontam retrocesso na seguridade social

O governo subestima as receitas e errou todas as previsões de deficit entre 2002 e 2016 nas contas da Previdência Social, disse a economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Lobato Gentil na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, ontem.

— A Previdência não é deficitária. Por errar sistematicamente as previsões, o governo coloca em dúvida sua própria credibilidade estatística para projeções de longo prazo. E essas projeções são a prin-

cipal razão apresentada para justificar a proposta de reforma previdenciária que tramita na Câmara.

A professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) Rivânia Moura disse que a reforma proposta pelo governo Temer representa um retrocesso na trajetória da Seguridade Social. Para ela, a “contrarreforma da Previdência” nada mais é que o Estado priorizando a obtenção de superavit primário no Orçamento para poder pagar a rolagem da dívida pública.

—Uma nação se faz principalmente com trabalhadores, os principais responsáveis pela produção da riqueza. Mas quem deve para a Previdência não são os trabalhadores, são as grandes empresas e os bancos — disse.

Para ela, ao propor o enfraquecimento do sistema público de Previdência, o governo sinaliza que deseja a ampliação do mercado de previdência privada. A professora acrescentou que o maior gasto do Estado é com o pagamento da dívida pública, que consome

muito mais recursos que a Previdência Social.

Para o pesquisador aposentado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Guilherme Delgado, o sistema de informação da Seguridade e da Previdência Social é muito pouco transparente, o que dificulta uma análise mais completa de sua realidade. Ele criticou também a “obscuridade” de como é elaborado o orçamento da Previdência Social na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Eli Iola Gurgel, da Universi-

dade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirmou que o governo diz há mais de 20 anos que a Previdência Social está falindo.

O coordenador-adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis Scherer, afirmou que a reforma da Previdência penalizará de maneira mais forte os mais pobres e os de menor renda.

Presidida por Paulo Paim (PT-RS), a CPI também ontem aprovou o plano de trabalho elaborado pelo relator, Hélio José (PMDB-DF).

Maio Amarelo quer reduzir acidentes e vítimas de trânsito

Campanha alerta sobre riscos no trânsito e busca educar motoristas e pedestres para reduzir acidentes, que matam 43 mil brasileiros por ano. Senado adere à ação e pode aumentar pena para crimes ao dirigir

Aline Guedes

CHAMAR A ATENÇÃO para o alto número de mortos e feridos no trânsito no mundo. Essa é a proposta do Movimento Maio Amarelo, coordenado entre poder público e sociedade civil para promover ações de educação e conscientização, debater riscos e responsabilidades e avaliar o comportamento no trânsito.

Um dos órgãos que aderem e incentivam o movimento é o Senado, cujo prédio fica iluminado de amarelo entre 13 e 31 de maio. O alerta se soma às iniciativas de dar aos acidentes o tratamento de uma epidemia, levando à adoção de medidas para reduzir o número de vítimas.

Não são raras as notícias sobre crimes no trânsito brasileiro. São cerca de 43 mil mortes por ano no país, segundo estimativas do Ministério da Saúde.

No mundo, o número de mor-

tos nas estradas pode chegar a 1 milhão por ano até 2030. Nesse período, entre 20 milhões e 50 milhões de pessoas sobreviverão aos acidentes a cada ano, com traumatismos e ferimentos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O problema é mais grave nos países de média e baixa renda. A OMS estima que 90% das mortes acontecem em países em desenvolvimento, como o Brasil. Ao mesmo tempo, esse grupo possui menos da metade dos veículos do mundo (48%), o que revela que é muito mais arriscado dirigir — especialmente motos — nesses lugares.

E a situação se agravará ainda mais nesses países, segundo a OMS, devido ao aumento da frota, à falta de planejamento e ao baixo investimento na segurança das vias públicas.

A chave para a redução da mortalidade, diz o relatório, é garantir que os Estados-



Para o senador Cristovam, diminuir a violência no trânsito depende de educação

membros adotem leis que reprimam os principais fatores de risco: direção sob efeito de álcool, excesso de velocidade e não uso do capacete, do cinto de segurança e das cadeirinhas para crianças.

Segundo o gerente de Ações Educativas de Trânsito do Detran do Distrito Federal, Tiago Moreira, mais de 100 ações são promovidas em Brasília para lembrar que comportamentos simples, como usar cinto de segurança, não dirigir sob efeito de drogas e obedecer à sinalização, são significativos para reduzir a mortalidade no trânsito.

— São palestras, blitze educativas e passeios ciclísticos em

empresas, escolas e nas próprias vias, cujo foco, este ano, é a segurança dos usuários mais vulneráveis, que são os pedestres e ciclistas — informou Moreira.

Faixa de pedestres

Ação é simples: o pedestre para um trânsito mais seguro é o respeito à faixa de pedestres. Brasília já foi modelo nesse quesito, por meio de uma campanha bem-sucedida que ajudou a salvar muitas vidas.

A ação é simples: o pedestre para no começo da faixa e, ainda na calçada, estica o braço na horizontal, dando sinal de que pretende atravessar. Os motoristas entendem a mensagem



Pedestres têm prioridade para atravessar nas faixas em Brasília, mas falta de campanhas e imprudência têm elevado acidentes

e param, até que o cidadão atravesse a rua em segurança.

Implementada em 1997, inicialmente no Plano Piloto, a iniciativa chegou a ser adotada em outras partes do país. Mas a falta de campanhas de conscientização levou motoristas, antes atentos às faixas, a relaxar o comportamento. O número de mortes nas travessias para pedestres em Brasília subiu de quatro, em 2015, para seis, no ano passado. As principais causas são a imprudência de condutores que excedem os limites de velocidade e usam o celular ao volante.

Segundo o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que era

governador do DF quando foi lançada a campanha, embora o Código de Trânsito Brasileiro determine que os condutores de veículos são responsáveis pela segurança de quem atravessa, a preferência ao pedestre não tem sido absoluta. Cristovam diz que quem está a pé, mais vulnerável, também não pode se descuidar.

— Trânsito não é questão de engenharia, é questão de educação. O pedestre precisa ter cuidado, mas são os motoristas os grandes responsáveis pela maioria dos acidentes. Até por isso, os pedestres não podem deixar de sinalizar antes de pisar na faixa — afirmou o senador.

Responsabilidade

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro:

- Veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores. Os motorizados pelos não motorizados e, ambos, pela integridade dos pedestres. O pedestre também tem papel importante para uma travessia segura. Olhar para os dois lados da rua, optar pela passarela sempre que possível e acenar antes de pisar na faixa para garantir que o motorista vai parar evita os acidentes.
- Os motorizados pelos não motorizados e, ambos, pela integridade dos pedestres.
- O pedestre também tem papel importante para uma travessia segura. Olhar para os dois lados da rua, optar pela passarela sempre que possível e acenar antes de pisar na faixa para garantir que o motorista vai parar evita os acidentes.



Elmio Reis foi atropelado seis vezes ao andar de bicicleta pelas ruas de Brasília

Ciclista cumpre a lei ao pedalar na rua, mas é xingado por motoristas

Todos os dias, o professor de educação física Elmio Felipe Reis, 42 anos, enfrenta dificuldades para andar de bicicleta em Brasília. Usuário habitual de itens como capacete, lanternas e roupas refletivas, ele conta que já foi atropelado seis vezes. Em um dos casos, foi atingido por um carro quando pedalava rente a um meio-fio.

Segundo Reis, muitos motoristas desconhecem dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro que apresenta a bicicleta como

veículo e que, portanto, deve trafegar nas ruas. Além de ser frequentemente xingado por estar dividindo a via com motos, carros e ônibus, ele conta que já foi atropelado seis vezes. Em um dos casos, foi atingido por um carro quando pedalava rente a um meio-fio.

— É triste perceber que a segurança dos ciclistas depende da educação e da consciência daquele que é mais forte. Não é uma questão de potência ou de quem corre mais ou menos. É uma questão de respeito.

Casos recentes de acidentes com morte têm repercussão nacional

■ **30 DE ABRIL:** Mãe e filho morreram em Brasília depois que um carro em alta velocidade bateu no automóvel em que eles estavam voltando para casa. O pai e o genro, que também estavam no carro, ficaram feridos. Os responsáveis pelo acidente estavam fazendo um pega com outros dois carros, segundo agentes de trânsito, e não fizeram teste do bafômetro. O veículo da família foi jogado contra uma árvore, voltou para pista e capotou.

■ **25 DE ABRIL:** Jussara Ribeiro Ferreira, de 48 anos, atravessava a faixa de pedestres no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, quando foi atropelada e morta por uma motocicleta. O condutor, Márcio André Ferreira, ficou gravemente ferido, segundo reportagem de *A Gazeta Online*.

■ **23 DE ABRIL:** O empresário Edson Antonelli, de 61 anos, andava de bicicleta quando morreu atropelado por uma motorista alcoolizada, na QI 7 do Distrito Norte, em Brasília. Mônica Karina Rocha Cajado Lopes, de 20 anos, foi presa em flagrante, mas liberada após pagar fiança de cerca de R\$ 5 mil e deve responder ao processo em liberdade.

■ **21 DE JANEIRO:** O agente do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (Detran-PB) Diogo Nascimento de Souza, de 34 anos, morreu após ser atropelado durante uma blitz da Operação Lei Seca em João Pessoa. Segundo a Polícia Civil, o crime aconteceu quando o condutor de um Porsche, o empresário Rodolpho Carlos, não obedeceu à ordem de parada e tentou fugir do bloqueio. Ele teve a prisão temporária decretada, mas foi libertado por habeas corpus. Após ser novamente detido no final de abril, Rodolpho voltou a pedir relaxamento da prisão e aguarda julgamento.

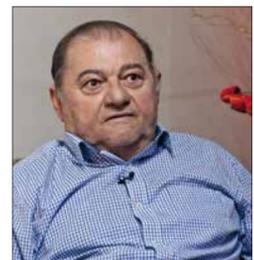
Seguro obrigatório não exige apuração de culpa

Muita gente não sabe, mas existe um benefício para as vítimas de acidentes de trânsito no Brasil. O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) indeniza motorista, passageiro ou pedestre que sofre acidente, sem a necessidade de apuração da culpa.

Segundo o último registro, de 2015, foram 652.349 indenizações pagas, totalizando R\$ 3,381 bilhões. Do total, 79% foram relativas à invalidez; 14%, a despesas hospitalares; e 7%, por morte. Os dados são da Seguradora Líder, que administra o DPVAT.

As motocicletas geram a maior

quantidade de pagamentos, com 76% do total. Nesses acidentes, 83% resultam em alguma invalidez, 4% em morte e 13% em gastos com remédios ou hospitais.



Edvaldo Nobre convive com as sequelas de um atropelamento por motocicleta

Há cinco anos, o militar aposentado Edvaldo Nobre, de 71 anos, convive com as sequelas de um acidente. Ao atravessar a rua, em Caldas Novas (GO), um motociclista em alta velocidade o atropelou e tentou fugir sem prestar socorro. Embora tenha sido detido por populares, não enfrentou processo criminal.

Edvaldo, que quebrou a perna, diz que o valor do DPVAT recebido, de R\$ 2,7 mil, foi insuficiente para as despesas. Apenas para voltar a andar sozinho, conta, foram dois anos de tratamento.

— Foi um período muito difícil, que exigiu muita paciência minha e da minha família.

Seguro DPVAT

COMO SOLICITAR A INDENIZAÇÃO?

■ É preciso apresentar documentação pessoal, boletim de ocorrência, atestado de óbito ou perícia médica (dependendo da indenização solicitada) em qualquer um dos 8 mil pontos de atendimento oficiais que fazem parte do Consórcio Líder ou nas agências dos Correios.

QUEM PODE SOLICITAR A INDENIZAÇÃO?

■ Todos os que sofreram, nos últimos três anos, algum acidente envolvendo veículo automotor (carro de passeio, motocicleta, ônibus ou trator), que tenha causado despesas médico-hospitalares, invalidez permanente e morte. Motoristas, passageiros e pedestres podem dar entrada no processo.

QUAL O VALOR DA INDENIZAÇÃO?

■ Depende. No caso de morte, os familiares ou herdeiros podem chegar a até R\$ 13.500. Já o valor do benefício para casos de invalidez pode variar conforme a gravidade da lesão, podendo chegar a R\$ 13.500. O valor do reembolso das despesas médicas também pode variar, chegando até a R\$ 2.700.

Senado pode endurecer punições para os crimes

As iniciativas para endurecer as regras e as punições para quem comete crimes ao dirigir, principalmente sob efeito de álcool ou outra substância entorpecente, estão na pauta do Congresso. Uma delas, que ganhou destaque, foi a que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tipificar a “lesão corporal culposa na direção de veículo automotor”, com pena estipulada de dois a cinco anos de reclusão. Aprovado e modificado pelos senadores, o projeto da deputada Keiko Ota (PSB-SP), PLC 144/2015, voltou para exame da Câmara dos Deputados.

No Senado, está para ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o PLS 32/2016, do senador Wellington Fagundes (PR-MT). Ele determina que o motorista alcoolizado ou sob efeito de qualquer substância psicoativa terá que ressarcir as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS) com o tratamento das vítimas e, ainda, do próprio motorista. A decisão final será da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No Plenário, deve ser analisado o PLC 47/2016, que cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pntrans). O documento orientará ações e programas para diminuição dos índices negativos no trânsito em todo o país e submeterá os estados a metas anuais, com o objetivo de reduzir pelo menos 50% das mortes por veículos no prazo de dez anos.

Em favor dos ciclistas, há projetos específicos em tramitação na Câmara. O principal deles é o PL 1.155/2015, que cria o Estatuto Nacional do Ciclista. O texto propõe que o poder público incentive e dê segurança ao uso da bicicleta como meio de transporte, entre vários dispositivos. Outro é o PL 5.009/2016, que sugere incluir pedestres e ciclistas nas campanhas educativas e nos cursos de habilitação de motoristas. Já o PL 4.785/2016 trata da sinalização vertical para alertar usuários sobre o tráfego de bicicletas na via.

Falta de dados sobre acidentes dificulta ações, avalia consultor

A ausência de dados oficiais dificulta ações do poder público para a diminuição da violência no trânsito no Brasil, segundo o consultor do Senado Rodrigo Novaes. Ele informou que o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) deixou de produzir estatísticas desde 2009 e que os números mais atuais são divulgados apenas pelo Seguro DPVAT e pelo SUS.

Embora se dê mais atenção aos acidentes com automóveis, o consultor considera mais preocupantes os que envolvem motocicletas, cujo aumento foi de 200% num período de dez anos (2002 a 2012). Isso porque, segundo ele, 25% do trânsito brasileiro é composto por motos, que são responsáveis por mais de 50% dos feridos graves.

Além disso, Rodrigo aponta que o alto índice de desastres no país se deve a fatores como a má conduta dos motoristas e das condições das rodovias, além do descumprimento das leis:

— Vivemos um problema grave, histórico e cultural. Embora o Código de Trânsito Brasileiro determine que os veículos maiores protegem os menores, a gente vê o oposto disso, que é a imposição da lei do mais forte. Mas isso pode e deve ser



Novaes adverte que, sem fiscalização, efeito da Lei Seca está se perdendo

mudado por meio da educação — ressaltou.

Para Rodrigo Novaes, as leis em vigor no Brasil são suficientes, mas não são aplicadas e, por isso, não apresentam os resultados que deveriam. O esforço do Congresso Nacional para agravar as penalidades para as infrações, segundo ele, não basta para acabar com as mortes no trânsito. Um exemplo é a Lei Seca, cuja punição é significativa, com multas que podem chegar a mais de R\$ 6 mil, mas que carece de fiscalização e de aceitação social, conforme o consultor.

— É uma lei, do ponto de vista geral, positiva, que teve efeito durante um tempo em que houve um esforço de fiscalização, mas que vem se perdendo.

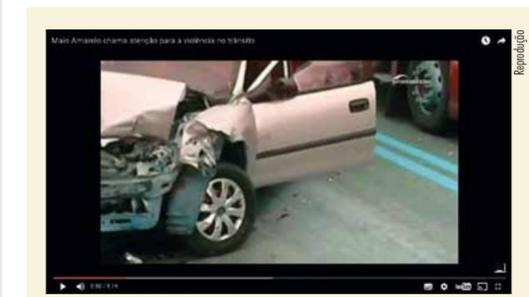
Destino das multas



Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, o dinheiro arrecadado com o pagamento de multas deve ser usado exclusivamente para obras de engenharia de tráfego, sinalização, policiamento, fiscalização, educação no trânsito. O Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito (Funset) recebe 5%.



Já a Lei 13.281/2016 determina que o Detran deverá publicar anualmente na internet dados sobre a receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito e sua destinação.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre a campanha Maio Amarelo e os índices de violência no trânsito: <http://bit.ly/campanhatransito>

Saiba mais

Portal Maio Amarelo
www.maioamarelo.com

PLC 144/2015
<http://bit.ly/PLC144de2015>

PLS 32/2016
<http://bit.ly/PLS32de2016>

PLC 47/2016
<http://bit.ly/PLC47de2016>

PL 1.155/2015
<http://bit.ly/PL1155>

PL 5.009/2016
<http://bit.ly/PL5009>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Novas regras, que podem ser analisadas hoje pelo Plenário da Câmara, incluem a substituição das atuais comissões mistas por comissões especiais em cada uma das Casas

Senado cobra votação de novo rito para MPs

O PRESIDENTE DA Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, informou que colocará em votação hoje a proposta de emenda à Constituição que regulamenta os prazos de análise de medidas provisórias pelo Congresso (PEC 70/2011, na Câmara). A informação foi comunicada ao Plenário pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), que foi relator da proposta no Senado (PEC 11/2011).

Polêmica

Na quarta-feira, os senadores questionaram o pouco tempo, de menos de 48 horas, que tiveram para votar a MP das Concessões (MP 752/2016) e voltaram a cobrar que a Câmara vote a PEC que muda os prazos de análise.

— Para nós é um incômodo enorme receber uma matéria dessa complexidade e sermos obrigados a aprová-la, muitas vezes sem saber exatamente o que contém — disse Aécio Neves.

Humberto Costa (PT-PE) foi o primeiro a chamar a atenção para um acordo de lideranças feito em 2013, que estipulou que o Senado não votaria MPs que chegassem à Casa a menos de sete dias do fim do prazo de vigência. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que presidia a sessão, ressaltou:

— Eu devo lembrar que o entendimento foi feito com um Colégio de Líderes diferente do que temos hoje e uma Mesa também outra. Era preciso revalidar esse termo de acordo para que nós pudéssemos ter a prevalência sobre a norma regimental — disse o senador.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), afirmou que a Mesa não poderia ter revogado um acordo de líderes sem

consultar o atual colegiado:

— Se o governo quis procrastinar [a MP] achando que o Senado ia convalidar aquilo que veio da Câmara nos últimos minutos, está redondamente enganado.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também questionou a intenção de votar a MP.

— Nós estamos diante de uma MP que vence amanhã [quinta-feira, 4]. O único poder que teremos é carimbar. Nós não podemos continuar agindo assim, porque não é agir contra a oposição, é agir contra o próprio Senado.

A MP acabou sendo votada após mediação do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

— Eu acho que essa celeuma conseguiu fazer com que a Câmara avançasse num dispositivo que é fundamental para o Senado — disse Jucá.

Hoje as MPs têm prazo único de até 120 dias para tramitação no Congresso e não é raro que passem a maior parte desse tempo na Câmara e cheguem ao Senado a poucos dias do fim do prazo.

Em 2011, os senadores aprovaram a PEC 11 para definir prazos para cada etapa do processo. A proposta passou por duas comissões da Câmara, mas ainda não foi votada no Plenário.

Propostas de mudança

Pelo texto original da PEC, a Câmara teria até 80 dias para analisar cada MP (incluindo os 10 dias da comissão mista). Aprovada pelos deputados, o Senado teria até 30 dias para exame da matéria.

Caso os senadores promovessem mudanças na MP, a Câmara teria mais dez dias para dar a palavra final.

O descumprimento de qualquer

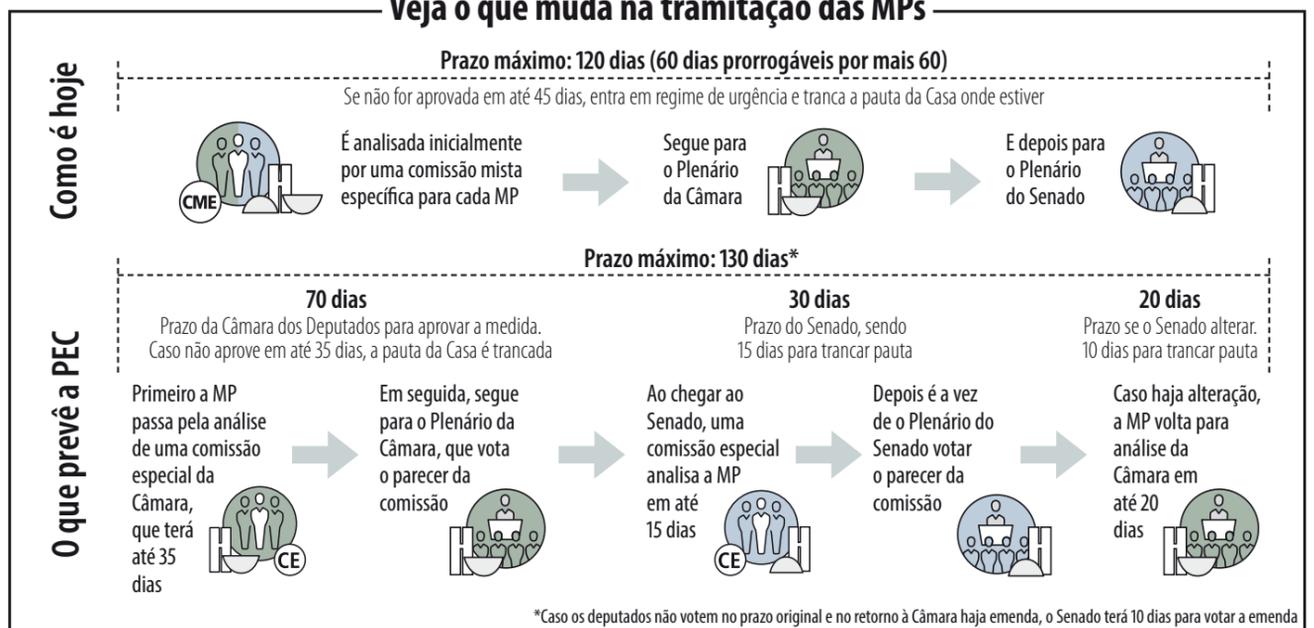
desses prazos implicaria perda de vigência e rejeição da MP.

Na Câmara, a PEC passou por mudanças, entre elas, a extinção da comissão mista e a criação de uma comissão especial em cada Casa para a análise inicial das MPs.

Nessa versão, a Câmara terá 70 dias (incluindo 35 para a comissão especial). O Senado terá 30 dias (sendo 15 para a comissão) e, caso altere a MP, a Câmara terá mais 20 dias para examiná-la.

Se a Câmara descumprir o prazo inicial de 70 dias, a MP seguirá para o Senado, que terá os mesmos 30 dias para apreciá-la. No retorno, a Câmara terá 20 dias para votar a MP e, se modificá-la, ela volta ao Senado, que terá 10 dias para análise apenas da emenda. Nesse caso, o prazo total de tramitação da MP seria 130 dias.

Veja o que muda na tramitação das MPs



Vanessa quer que trabalhadores se mobilizem contra reformas de Temer

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu ampla mobilização contra as reformas trabalhista (PLC 38/2017) e previdenciária (ainda na Câmara), propostas pelo governo Temer. Para ela, é importante que os trabalhadores beneficiados com melhorias no texto continuem a lutar por alterações que favoreçam o restante da sociedade.



Vanessa ainda pediu que os favoráveis à reforma trabalhista reavaliem seu posicionamento, pois as mudanças propostas podem retirar direitos.

— Na prática, apenas um artigo da proposta, o de exclusão dos direitos sociais, acaba com a CLT, quando diz que prevalece o negociado ao legislado.

Alvaro elogia Moro por pedido feito a apoiadores da Operação Lava Jato

O senador Alvaro Dias (PV-PR) cumprimentou o juiz Sergio Moro pelo que chamou de “gesto de lucidez” nas redes sociais. Em vídeo, o magistrado pediu aos que apoiam a Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que não façam manifestações durante o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva amanhã, em Curitiba.



Para o senador, atos de apoio à Lava Jato serviriam para valorizar a mobilização dos partidários de Lula. Alvaro disse que as entidades ligadas ao ex-presidente exploraram a boa-fé do povo.

— Chegam com ônibus e convidam para a viagem a Curitiba e muitos que para lá irão não sabem por que estão viajando — afirmou.

Ataídes critica falta de transparência do que é feito das contribuições ao Sistema S

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) questionou em Plenário o destino das contribuições públicas às entidades do Sistema S, que inclui Sesi, Sesc, Senai, Senac e Sebrae. Criticou a falta de transparência do quinto maior orçamento da União, com cerca de R\$ 30 bilhões anuais. Desse total, destacou que R\$ 22 bilhões vêm de contribuições sociais



que representam 3,1% da folha de pagamento do trabalhador brasileiro. Ele afirmou que, embora sejam filantrópicas e isentas de tributos, arcando apenas com o recolhimento do PIS-Pasep, essas entidades não deixam claro onde aplicam os recursos. Ataídes disse ser favorável ao Sistema S, mas não abre mão da transparência.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Proposta de banir o amianto divide opiniões

Debate busca caminho para exploração de mina e uso de fibra, que geram empregos, mas podem causar riscos ao meio ambiente e à saúde

TRABALHADORES, MÉDICOS, POLÍTICOS e representantes do governo discordaram sobre a proposta de banir a exploração e o uso do amianto no país. Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), foi debatido projeto de Paulo Paim (PT-RS) sobre a fibra de amianto, apontada como cancerígena, condenada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) há 35 anos e proibida em mais de 60 países e em cinco estados brasileiros.

O amianto está presente em vários produtos no Brasil, como telhas, caixas d'água, materiais plásticos e tintas. O Brasil está entre os cinco maiores consumidores, produtores e exportadores da fibra. O projeto (PLS 30/2017), que está na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), proíbe a extração, a industrialização, a importação, transporte e armazenamento do amianto e a importação e comercialização de produtos que o utilizem como matéria-prima.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula que ocorram anualmente cerca de 100 mil mortes no mundo relacionadas à exposição ao amianto. O Instituto Nacional de Saúde da França constatou, em 1997, que as mortes provocadas pelo amianto naquele país giravam em torno de 2 mil por ano, o que levou as nações da União Europeia a proibi-lo.

De acordo com a OMS, não existem níveis seguros de exposição ao produto. Várias



Na Comissão de Direitos Humanos, Paim (3º à esq.) ouve trabalhadores, médicos e políticos sobre possibilidade de banir exploração e uso do amianto no Brasil

empresas têm abandonado o uso do amianto após condenações na Justiça.

Hoje, a única mina de amianto em exploração no Brasil fica em Minaçu (GO). O amianto utilizado comercialmente é o da variedade crisotila, também conhecido como asbesto ou amianto branco.

Pulmões

A Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) afirma que o contato com a crisotila causa graves problemas de saúde. A aspiração de pó de amianto causa doenças pulmonares como a asbestose e a fibrose. Outra doença séria é o mesotelioma, tipo de câncer da pleura que pode levar à morte em apenas nove meses, conforme a Abrea.

— Se não é possível afastar o risco, nada melhor do que precaver e prevenir — afirmou Mauro Menezes, assessor jurídico da Abrea.

Segundo o procurador do Trabalho Luciano Leivas, o poder público vem descumprindo a Convenção 162 da OIT. A norma prevê a proibição do amianto se a medida

for necessária para proteger a saúde do trabalhador.

A Federação Internacional dos Trabalhadores do Amianto (Fitac) afirma que houve avanços no controle da exploração do asbesto e mudanças por força de acordos trabalhistas.

— Há 25, 30 anos, não havia controle. Mas hoje o ambiente é seguro. Há disputa econômica para tirar o amianto e colocar a fibra sintética — disse Adilson Santana, presidente da Fitac.

Pesquisas

Para o médico e pesquisador Ericson Bagatin, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP) e membro da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, o amianto produzido no Brasil não deveria ser alvo de banimento, mas de uso controlado.

Bagatin foi o coordenador do Projeto Asbesto, estudo que avaliou os efeitos na saúde decorrentes da exposição ao amianto na mineração.

— Quando se restringiu a exploração à variedade crisotila, em níveis reduzidos de concentração de fibras suspensas no ar, e a partir da

implementação das medidas de proteção coletiva em 1977, não foram observadas alterações pulmonares.

O médico Milton do Nascimento observou que o Brasil vem trabalhando sob baixas doses de exposição desde a década de 1980.

— É possível, sim, trabalhar com amianto com qualidade sem pôr em risco o trabalhador.

Emprego

O prefeito de Minaçu, Nick Barbosa, teme que o banimento do amianto gere desemprego na cidade. O município, com cerca de 30 mil habitantes, tem sua economia baseada na mina, controlada pela empresa Sama, do grupo Eternit, fabricante de telhas e caixas d'água. Cerca de 5 mil postos de trabalho diretos e indiretos da cidade estão relacionados à cadeia de extração do amianto.

— Minha preocupação é onde vai trabalhar esse povo todo que hoje trabalha na Sama — disse.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas e Beneficiamento de Minaçu e Região,

Adelman Araújo Filho, também defendeu a continuidade do uso do amianto.

— O amianto gera emprego, gera renda — disse.

Trabalhador da mina, Junior Aparecido Moreira Silva afirmou que a Sama se preocupa com o trabalhador. Mas a assessora técnica da Associação Brasileira de Exposição ao Amianto Fernanda Giannasi afirma que uso controlado do produto é uma falácia.

— Não há dúvida que o amianto é cancerígeno. Há um pacto de silêncio em Minaçu para esconder os doentes.

Para o presidente da Abrea, Eliezer de Souza, os trabalhadores deveriam se organizar e buscar alternativas que garantam o emprego na região.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), disse que é explicável o temor quanto ao fechamento de postos de trabalho. Mas ressaltou que é fundamental pensar na proteção do meio ambiente, da vida e das futuras gerações.

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Senado “vai buscar um caminho e aprofundar esse debate”.

Conselho de Comunicação indica projetos sobre publicidade

A aprovação de dez projetos com restrições a serem impostas em publicidade e propaganda e sobre a publicidade e a saúde foi recomendada pela Comissão Temática de Publicidade e Propaganda do Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS).

O órgão aprovou ontem relatório com indicações sobre a votação de 41 projetos sobre o tema em tramitação nas duas Casas do Congresso. De acordo com o relatório, apenas dez devem ser aprovados. O relatório segue para análise no Plenário do CCS.

O relatório, um voto em separado apresentado pelos conselheiros Patricia Blanco, representante da sociedade civil, e Roberto Franco, engenheiro com notório conhecimento de comunicação social,

sugere que propostas como o PL 7.371/2006, da Câmara, que impõe a obrigatoriedade de divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão dez dias antes do início, seja rejeitado. Para Patrícia, “a lei não pode servir como instrumento principal de política pública para a divulgação de mensagens de interesse social”.

Bebidas

Em outros projetos, os conselheiros apontam já haver legislação ou regulamentação acerca do tema, como o PLS 358/2014, que exige a veiculação de peças educativas sobre os riscos do consumo de álcool, ou o PLC 83/2015, que veda a propaganda comercial de bebidas alcoólicas. “As regras do Conar [Conselho Nacional

de Autorregulamentação Publicitária] para propaganda de bebidas alcoólicas são bem rígidas, consolidadas e amplamente praticadas pelo setor”, diz o texto.

A comissão também é contrária à aprovação do PL 564/2015, na Câmara, que altera o grau do teor que define uma bebida como alcoólica e que impõe restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas e medicamentos, entre outros.

— A interrupção e banimento da publicidade é, como regra, prejudicial a toda a coletividade — argumentou Franco.

Medicamentos

Uma das propostas que deve ser aprovada, segundo a comissão, é o PL 1.402/1999, da Câmara, que impõe restrições

à propaganda de medicamentos e terapias.

A relatora, conselheira Maria José Braga, sugeriu que se formasse uma comissão especial para orientar a elaboração de um projeto com regras gerais de regulamentação da propaganda. No entanto, a maioria dos conselheiros rejeitou a proposta, afirmando que compete ao CCS apenas opinar sobre cada proposição parlamentar em tramitação, e se ela atende aos interesses da sociedade.

Consultoria

A Comissão Temática de Conteúdos em Meios de Comunicação da CCS pretende pedir auxílio da Consultoria Legislativa para a análise de projetos e elaboração dos relatórios. Os conselheiros

têm enfrentado dificuldades para concluir seus trabalhos. Nenhum dos quatro itens da pauta da comissão temática pode ser analisado porque os conselheiros não conseguiram concluir seus textos.

O conselheiro José Francisco Lima, representante das empresas de televisão, sugeriu ainda que haja contato entre os coordenadores das comissões e os envolvidos com os relatórios e os parlamentares autores e relatores dos projetos avaliados, para que eles saibam da existência de um posicionamento do CCS sobre os textos e até mesmo de sugestões de melhorias.

— Os parlamentares nem têm ideia de que a gente está fazendo esse esforço. Nunca receberam um parecer do conselho — disse.

Especialistas: onda populista no mundo não dura

Audiência na Comissão de Relações Exteriores apontou que Brexit, vitória de Trump e candidaturas nacionalistas na Europa fazem parte de um ciclo

A ONDA POPULISTA gerada pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), pela eleição de Donald Trump nos EUA e pelo crescimento de candidatos nacionalistas em eleições recentes na França, na Holanda e na Áustria faz parte de um ciclo. Essa foi a opinião de especialistas ouvidos ontem em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A audiência fez parte de uma série de debates sobre a ordem internacional. O tema ontem foi o populismo e a crise de legitimidade política na Europa e nos EUA. Um dos principais pontos discutidos foram as eleições na França. O centrista Emmanuel Macron, entusiasta da continuidade da França na União Europeia, foi eleito no domingo, derrotando a candidata de extrema direita Marine Le Pen.

Pólvora

Na opinião do professor Paulo Delgado, ex-deputado federal, um dos fatores que favoreceram Macron foi o fato de Le Pen ter oferecido um “discurso de pólvora”. Ele disse acreditar que, em países onde há uma fricção muito grande no sistema político, como é o caso do Brasil e da Argentina atualmente, esse tipo de discurso não tem força.

— Não fale em pólvora perto de um povo esquentado. A saída do mundo é pelo centro. A saída do mundo é a moderação.

Para Delgado, o que continua em vigor são os ciclos longos



Senador Fernando Collor (3º à dir.) discute com especialistas temas como eleição na França, Brexit e vitória de Trump

de Kondratiev, que indicam os efeitos cíclicos da economia mundial. Ele disse crer que os movimentos que ocorrem hoje não são um destino final, mas uma consequência do fim de um ciclo em que Estados centralizados diminuam a tensão no mundo entre as pessoas comuns. Agora, com o fim das superpotências e a diminuição da tensão entre os líderes mundiais, o conflito se acirra entre os cidadãos, como mostra o número de expatriados que tentam ir para outros países.

O professor Mathias Alencastro, doutor em ciência política e especialista em política europeia e africana, também não acredita no caráter duradouro e na narrativa global da onda populista. Na avaliação do professor, tanto o Brexit quanto a eleição de Trump tiveram razões locais para acontecer.

Alencastro avalia que o populismo, nesses dois casos, deu provas de incapacidade de governar, já que os participantes mais radicais dos movimentos foram excluídos e tornaram os movimentos genéricos. A eleição de Macron, disse o professor, reforça a teoria e gera otimismo.

O professor Lucio Rennó, PhD em ciência política, acre-

ditada que é preciso analisar se as mudanças que ocorrem na política em vários países significam apenas ciclos de alternância de posições econômicas ou realinhamentos ideológicos reais. Por ora, segundo Rennó, há indicativos de que Macron seja realmente algo inédito na política e isso pode ficar claro após as eleições legislativas na França, em junho.

— Temos a formação de um governo que pode ser reforçado ou renovado, dado o resultado eleitoral, mas a construção do governo Macron será um indicativo dos caminhos que ele vai trilhar ideologicamente. Talvez seja cedo para responder a essa pergunta.

Governo de coalizão

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTC-AL), também apontou as eleições parlamentares na França como um fator que deve definir a direção do governo. Para ele, uma das principais questões que se colocam após a eleição de Macron é a sua capacidade de governar, já que as análises indicam que ele não conseguirá eleger um número significativo de deputados. Com isso, será preciso escolher com qual discurso se aliar.

— Ele não poderá fazer um governo de coalizão juntando socialistas com republicanos porque são como água e óleo. Vai ter que optar entre governar com os socialistas e continuar com um governo que não deu certo, o do presidente François Hollande, e governar com os republicanos.

Alencastro avalia que a eleição de Macron é positiva para o Brasil e significa mais abertura comercial, mais investimento em ciência e tecnologia e mais política externa. A exigência para o Brasil será a de elevar o padrão de cooperação internacional. Para ele, o país agora tem um panorama internacional mais claro para se planejar.

— Há dois caminhos: o Brasil pode tentar se alinhar em torno do governo Trump, que está apostando em uma regressão tecnológica e civilizatória dos EUA, retirando financiamento das agências de energia, de meio ambiente e de ciência ou em torno da União Europeia, da [alemã Angela] Merkel e do Macron, que vão tentar fazer o contrário, elevar o padrão.

O presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Alex Canuto, avalia que não há uma crise de

representatividade, mas um aumento dela com a inclusão de novos grupos que não tinham espaço. A inclusão é propiciada, em parte, pela internet. A crise, afirmou, é uma alegação de grupos que antes tinham todo o poder e agora o dividem com novos atores.

Brasil

No Brasil, disse o professor, esse novo panorama pode ter reflexo nas eleições de 2018, mas há uma dificuldade para que isso ocorra: a falta de flexibilidade no sistema político.

— O nosso sistema tem filtros. É um sistema que favorece a construção e consolidação de oligarquias partidárias. O Brasil não tem o instituto da candidatura independente como têm os EUA. Muitas vezes vemos as coisas se distorcendo para uma expressão que é usada muito na mídia: a compra de partidos.

Cristovam comemora vitória de Macron para presidente da França

A vitória de Emmanuel Macron nas eleições para presidente da França foi comemorada por Cristovam Buarque (PPS-DF). Para o senador, a ascensão de Macron escancarou a crise dos partidos e a busca dos jovens por alternativas políticas e econômicas.

Cristovam disse que, ao contrário do retrocesso dos Estados Unidos com Trump, a França tem a oportunidade de avançar com Macron.

— Um presidente eleito contra tudo que é tradicional, mas que não caiu na tentação de se eleger pelo populismo, pelo protecionismo, pelo isolacionismo.

TCU aponta desvio de fundos destinados a telecomunicações

A maior parte dos recursos dos fundos destinados às telecomunicações não é utilizada no setor, mas desviada pelo governo para outras finalidades, como o pagamento do déficit primário ou da dívida pública, por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU) ou de medidas provisórias. A observação foi feita pelo representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Ivan Rogedo, em debate no Conselho de Comunicação Social (CCS).

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criado para a telefonia fixa, arrecadou aproximadamente R\$ 20 bilhões nos últimos anos, mas apenas 0,44% desse montante foi aplicado em atividades do setor. Mais da metade dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico

das Telecomunicações (Funtel), que arrecadou R\$ 7 bilhões de 2001 a 2016, foi desvinculada das atividades originais. A Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) foi o único fundo que registrou a maior parcela de aplicação dos recursos em sua atividade-fim. Dos R\$ 4,5 bilhões arrecadados em quatro anos, 50% foram usados em projetos audiovisuais.

Rogedo explicou que a forma de desvinculação foi legal, embora ainda haja controvérsias quanto ao emprego de MPs com essa finalidade.

— Mas há uma série de falhas na transparência na aplicação dos recursos — afirmou.

Para o conselheiro Walter Ceneviva, o uso dos recursos dos fundos em atividades diversas prejudica a população.



Ivan Rogedo, do TCU; Maria José Braga, conselheira; Miguel Ângelo Cançado, presidente do CCS; e Manoel Rangel, da Ancine

— O dinheiro é proveniente dos usuários da telefonia móvel, que assistem seu dinheiro ser desviado pelo governo para as atividades mais impertinentes e descabidas — afirmou.

O diretor-presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Manoel Rangel, avaliou que o audiovisual tem bases bem assentadas no Brasil, com regulação “equilibrada”.

— No Brasil é mantida de-

soneração de 30% no custo de construção de uma sala de cinema. Cabe ao Estado regular e estimular o desenvolvimento, e à iniciativa privada, empreender. Esse é o modelo vigente. Temos 3.168 salas de cinema. As salas fecham ao redor do mundo, e crescem no Brasil porque há política pública.

O coordenador de Comunicação da Unesco, Adauto Soares, destacou a passagem

do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio. Ele lembrou as mortes de 37 jornalistas e radialistas nos últimos 11 anos no Brasil, muitas delas, impunes.

O CCS também aprovou relatório pela derrubada de vetos ao projeto de lei de conversão sobre a nova estrutura da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). O conselho volta a se reunir em 5 de junho.